



CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO	
Depoimento nº: 016	Data: 16/07/2018
Local: Câmara dos Deputados	Duração: 01h24min
COLABORADOR	
JOSÉ ESTEVAM DE MEDEIROS TAVARES – Taquígrafo da Câmara dos Deputados e Assistente do Setor de Redação Final de Debates (supervisor) durante a Constituinte.	
SUMÁRIO	
Depoimento sobre a Assembleia Nacional Constituinte de 1987 e 1988 para o acervo de depoimentos do Núcleo de História Oral do Centro de Documentação e Informação – CEDI.	
TÓPICOS	
1. Infância; 2. Formação; 3. Concurso na Câmara em 1963; 4. Vantagens oferecidas pela Câmara; 5. Brasília nos primeiros anos; 6. Curso de Direito; 7. A taquigrafia na Câmara; 8. A evolução da taquigrafia na Câmara; 9. A gerência de Odete Piccoli; 10. Cargos no Detaq; 11. A constituição de 1969; 12. Aposentadoria dos Taquígrafos; 13. Os bons oradores; 14. A revisão dos pronunciamentos; 15. Preciosidades taquigráficas; 16. A efervescência da Constituinte; 17. O trabalho do supervisor na Taquigrafia; 18. O volume de trabalho; 19. A dimensão da equipe; 20. O profissionalismo do corpo técnico da Câmara; 21. O suporte; 22. O tema mais relevante da Constituinte; 23. A força dos blocos partidários na Constituinte; 24. A fase mais difícil da Constituinte; 25. O lobby; 26. As emendas aglutinativas; 27. Avaliação da Constituição; 28. O trabalho do Detaq na Constituinte; 29. Memória da Constituinte.	

1. Infância

Nasci em Teresina. A minha infância, eu a passei em diversos Municípios do Maranhão, porque o meu pai era coletor estadual. Naquele tempo, por influências políticas, ele sofreu muitas transferências. Por exemplo, a minha família toda é do sul do Maranhão, de uma cidade chamada Carolina, mas, no transcorrer da vida funcional do meu pai, nós moramos em Loreto, em Rosário, em Coroatá, em Timon¹ e em São Luís, afora algumas transferências que o meu pai sofreu, mas que a

¹ Cidades do estado de Maranhão.



família não o acompanhava, porque, nesses municípios, a instrução era muito deficiente. Então eu, minha mãe e meus irmãos ficávamos no município que oferecesse melhores condições educacionais.

2. Formação

Fiz uma parte do primeiro grau na Escola Modelo Benedito Leite, em São Luís, que era uma escola modelo mesmo; e outra parte fiz em Teresina, no Colégio Leão XIII, que era um colégio particular, administrado pelo Prof. Moacir Madeira Campos, que foi um ícone da educação em Teresina. Depois, já os chamados ensinos secundário e científico, fiz em São Luís, no Colégio Estadual Maranhão, que era o antigo Liceu Maranhense, um colégio de grande tradição em São Luís.

A taquigrafia aprendi em São Luís e, ainda bem novinho, aos 16 anos, fui contratado para trabalhar na Câmara Municipal de São Luís, que foi uma grande escola. De lá eu me abalancei e vim fazer o concurso aqui na Câmara.

3. Concurso na Câmara em 1963

Anteriormente, assim que a Câmara foi transferida para cá, a clientela, chamada hoje de taquigrafia, era pouquíssima. A Câmara, como forma de atrair candidatos, publicava editais nas maiores cidades brasileiras, como Porto Alegre, São Paulo, Belo Horizonte, Rio, principalmente, Recife e Pará. Em São Luís não, mas eu e outro colega soubemos do concurso e viemos fazê-lo.

Era um concurso trabalhoso, porque as provas não eram todas feitas de uma vez. Nós vínhamos de avião e fazíamos a prova de Português. Depois de algum tempo, a Câmara telegrafava para nós dizendo que havíamos sido aprovados e marcava uma outra prova. Nós vínhamos fazer a prova de línguas, e era o mesmo processo. Voltávamos a São Luís imediatamente, aguardávamos a comunicação da Câmara, e ela telegrafava novamente: *“Foram aprovados. A próxima prova vai ser no dia tal”*. E assim sucessivamente. Era um concurso longo e custoso. Digo custoso do ponto de vista financeiro, porque nós vínhamos numa quinta-feira — as provas eram no domingo —, e eu voltava na segunda-feira logo para São Luís. Ficava aqui na casa de amigos.



4. Vantagens oferecidas pela Câmara

Quando entrei na Câmara, em 1963, ainda restava para os funcionários então admitidos uma parte pequena da chamada “dobradinha”. A dobradinha foi um estímulo que Governo Federal deu para os funcionários que vieram para Brasília. Muita gente não sabe dessa particularidade. Então, o salário era dobrado. Se você ganhava 100, recebia a dobradinha, mais 100, fora os outros consectários normais. E, naquela época, quando entrei aqui, restava um pouquinho. O salário da Câmara em relação ao que ganhava em São Luís... Eu já era maior, trabalhava na Câmara Municipal como funcionário. Para o panorama da capital, modéstia à parte, eu tinha um belíssimo salário. Mas o daqui o batia várias vezes, superava-o muito. E esse foi o atrativo.

5. Brasília nos primeiros anos

Aqui era meio árido, não só o clima, mas também a vivência em Brasília. Eu me considero um ser de muita sorte. Primeiro, vim de uma cidade pequena, que era São Luís. Ingressei na Câmara em setembro de 1963. Em janeiro de 1964, fiz vestibular para a Universidade de Brasília (UnB) e logrei a aprovação. Não tive grandes problemas de adaptação, porque logo fiquei sem tempo, porque tinha que me dedicar à UnB e me dedicar à Câmara ao mesmo tempo. Algumas colegas e alguns colegas daquela época sentiam muito a ausência de derivativos aqui em Brasília. Tive, por exemplo, uma colega que me disse que ansiava chegar a hora de ir para o serviço, porque era uma forma de ela ocupar o tempo. Tive conhecidos — não eram amigos meus, mas conhecidos —, rapazes que me disseram que à noite choravam de saudade, de solidão. Eu, como disse, tive essa sorte de ter logo conseguido a aprovação no vestibular da UnB e não tive esse problema.

6. Curso de Direito

Quando ingressei na UnB, já era funcionário da Câmara. Preferi fazer Direito por uma, vamos dizer assim, aptidão natural que tinha pelo curso. Tive um colega que uma vez me encontrou num lugar e disse: *“Estevam, por que você não ficou no*



Direito?” Eu disse: *“Ah, Flávio, não fiquei por isso, por aquilo...”* Ele gostava de me chamar de poeta: *“Ah, poeta, que pena! Qual é o teu carro?”* Disse: *“É esse aí”*. Ele: *“Se você tivesse ficado no Direito, você teria uma Mercedes”*. *“E onde é que você mora?”* Disse: *“Moro na Asa Norte”*. *“E estaria morando numa mansão no Lago.”* *“Mas por que, Flávio?”* Dizia ele: *“Porque você, uma pessoa inteligente”* — ao que ponho dúvidas —, *“que tem um bom manuseio da língua portuguesa, é honesto, então, estava rico”*. Aí eu disse: *“É, Flávio, mas também poderia estar morto”*. Porque o Direito absorve muito a gente, muito! A gente, às vezes, absorve a causa, os problemas do cliente, e poderia estar morto, porque tive alguns problemas de ordem cardíaca que me levaram até a uma operação de grande porte. Tinha uma aptidão natural para o Direito, e ainda tenho até hoje, mas militei na área muito pouco. Aprendi muito nos dois ou três anos que militei após formado, mas depois a Câmara me absorveu completamente.

7. A taquigrafia na Câmara

A Câmara sempre proporcionou para os seus funcionários toda a infraestrutura necessária. Nós na Taquigrafia tínhamos toda a estrutura necessária, mas era muito parca. Quando entrei na Câmara, nós trabalhávamos em máquinas manuais. De cada quarto, que é a entrada de taquígrafo no plenário, nós tirávamos seis cópias: uma ia para a Revisão; outra ficava para nosso arquivo; e as outras quatro nós mandávamos para o Comitê de Imprensa. O Comitê de Imprensa não tinha a facilidade que tem hoje de receber o som direto. Recebiam o som direto, mas como que eles iam captar as palavras dos deputados? Aquelas cópias que mandávamos para o Comitê de Imprensa eram disputadíssimas. Os jornalistas ficavam ansiosos à espera daquelas cópias, para dali eles prepararem e elaborarem as matérias para os respectivos jornais. Não digo que era um trabalho penoso, mas era um trabalho árduo. Para mim, que tinha vindo de uma Câmara Municipal sem qualquer infraestrutura, era o paraíso — era o paraíso! Fazia o meu trabalho e me perguntava: *“É só isso?”* Lá na Câmara Municipal de São Luís era um moto-contínuo, todo dia, ninguém tinha folga. Aqui não, ia ao plenário, taquigrafava por



dois minutos, batia o quarto, ficava esperando a minha nova entrada. Era um salário bom, um trabalho bom, um ambiente bom. Era o paraíso!

8. A evolução da taquigrafia na Câmara

A taquigrafia aqui na Câmara também passou por diversos processos. Inicialmente, como eu referi, nós tirávamos seis cópias. Depois, entrou a xerox. Aí nós passamos a trabalhar tirando duas cópias: uma para a Revisão, outra para a própria taquigrafia. Tirávamos quantas cópias quiséssemos na xerox. Acabou aquele trabalho nosso de colocar carbono em folha e tudo. Era uma cópia só. Isso aí deu uma dinâmica muito grande à taquigrafia e à própria prestação de serviço pelo Departamento de Taquigrafia (Detaq). Ao final do dia, nós tirávamos cópia da sessão. As assessorias dos ministérios, às vezes, ficavam até às 8 horas, 9 horas da noite, esperando que nós terminássemos a sessão para levar as cópias para os ministérios — as respectivas assessorias parlamentares dos Ministérios. Isso me foi dito por ene assessores. Quando os ministros chegavam de manhã, já estava lá tudo o que eles precisavam saber sobre o que tinha acontecido na área dele na Câmara dos Deputados, porque nós já fornecíamos.

Em seguida, entrou a informática. Tornou o nosso serviço ainda mais fácil, porque nós passamos a ter o som na nossa mesa de taquigrafia. Deixa eu recuar um pouquinho, para você ter uma ideia de como era difícil. As sessões da Câmara eram gravadas em fitas de 2 horas. A Câmara tinha uma sala maior do que esta aqui em que essas fitas eram todas arquivadas. Se tivesse um problema qualquer durante a sessão e o taquígrafo ou o revisor não tivessem taquigrafado, nós recorriamos a essas fitas. Mas, se elas tivessem começado há pouco tempo, nós tínhamos que esperar 2 horas, para depois termos acesso a elas. A partir da informática, nós passamos a ter o som na mesa. Se tivesse dúvida, ligava e botava: 2 horas, 43 minutos e 15 segundos, e o som vinha certinho para a nossa mesa. Nós passamos a fornecer o material das sessões quase imediatamente. Era o tempo de o taquígrafo vir do plenário, traduzir o seu quarto, disponibilizá-lo, e ele era imediatamente colocado na mídia. O camarada lá do Rio Grande do Sul, lá do Amapá, se tivesse o computador ligado com o da Câmara, podia ter acesso



imediatamente. Aquela área que nós tínhamos com centenas de fitas... Num disco, nós gravávamos 3 horas, todas as Comissões da Câmara. Acabou aquele mundo de fitas, aquela parafernália de documentos, de fitas, de carretéis guardados. Tudo ficou num pequeno espaço. Hoje ainda continua assim.

No Detaq, o serviço disponibilizado pela Taquigrafia é criação dos nossos próprios funcionários, foi criação dos nossos próprios funcionários. Não sei hoje, porque estou afastado. Mas, quando foi instalado e funcionando a pleno vapor, acho que havia poucos parlamentos no mundo, se não um, com a qualidade do nosso. A Câmara tinha esse mérito com o nosso serviço, com o Sistema de Taquigrafia (Sitaq), desenvolvido pelo pessoal do centro de Informática (Cenin) com o Detaq. O Sitaq era espetacular, na expressão da palavra. Por exemplo, se a Comissão de Agricultura está se reunindo e eu quero, na minha mesa, a palavra do Deputado José da Silva, às 15 horas, puxo isso pelo sistema. Desde que solicitado, todo trabalho legislativo vem automaticamente para a Taquigrafia.

Toda essa evolução facilitou o acesso à Câmara, aos trabalhos da Câmara, seja ao trabalho do Plenário propriamente dito, seja ao trabalho das Comissões Permanentes, das CPIs, das Comissões de Decoro, etc.

9. A gerência de Odete Piccoli

O Departamento de Taquigrafia deve muito à Diretora Odete Piccoli — muito! Ela foi um braço forte na implantação do Sitaq. Temos que reconhecer que a Odete foi um braço forte na implantação desse sistema. Mas, depois, surgiram muitas questões, principalmente no relacionamento entre a direção e os funcionários.

Uma série de circunstâncias envolveu tudo aquilo. Estava de férias. Quando cheguei, o movimento já tinha se instalado. Os funcionários que aderiram a esse movimento estavam listados pelo ponto uma espécie de abaixo-assinado, pedindo a saída da Diretora do Detaq. O meu era o mais antigo. Não me arrependo, não! Fiz isso conscientemente. Acho que, naquela época, a Taquigrafia precisava de uma mexida, porque ela estava muito emparedada. O relacionamento entre a direção e os funcionários deixava muito a desejar. Mas reconheço — não posso deixar de reconhecer — os méritos da Odete. Naquela época, nós até nos estranhamos. Nós



éramos amigos. Há pouco mais de um ano, nós nos encontramos numa clínica e fizemos as pazes.

10. Cargos no Detaq

Ingressei na Câmara no dia 19 de setembro de 1963 e saí no dia 20 de setembro de 2012. Trabalhando sempre no mesmo lugar. Recebi convites para trabalhar fora, em secretarias, como chefe de secretaria, mas, como se diz no Nordeste: “*Não bateu minha passarinha*”. Nós tivemos aqui na Liderança da Arena um grande funcionário, o Henrique Hargreaves. Ele foi Chefe do Gabinete Civil do Presidente Itamar Franco. O Hargreaves, talvez ele nem se lembre disso, pode ter sido *en passant*, me convidou para ir trabalhar lá. Mas, não...

Todos os cargos que assumi foram muito gratificantes para mim — muito! Sempre achei que o conhecimento não pode ser desperdiçado. Você não pode ter um conhecimento e guardá-lo só para si. Não que eu tenha conhecimento. Dizem que o diabo é diabo não porque ele se sente diabo, mas porque ele é velho. Eu conhecia mais do trabalho, porque era velho. Foi gratificante para mim, porque pude transmitir aos meus colegas alguma coisa do conhecimento haurido durante 20, 30, 40 anos de Câmara. Foi gratificante.

Nessa oportunidade, promovido pela Odete, perpetrei alguns cursos de técnicas de revisão de debates parlamentares que acho que foram proveitosos para os colegas. Por isso, acho esse período muito gratificante. Trabalhei, procurei ensinar e transmitir conhecimento, mesmo que fosse pequeno, e vi que alguma coisa ficou para os colegas. Foi um período — repito — gratificante para mim, seja do ponto de vista pessoal, seja do ponto de vista do relacionamento que tive com os colegas, seja do ponto de vista intelectual. Esse período exigiu muito de mim, porque tinha que me preparar, de alguma forma, lendo todas as fontes de informações que estavam ao meu alcance, para prestar uma colaboração melhor para os colegas.

Passei muito novo para a Revisão. Chegar à Revisão, antigamente, era algo muito difícil. Os cargos, na Câmara, eram classificados do zero, do PL, que era o de Diretor-Geral; PL-1, que era o de Diretores; PL-2, PL-3, PL-4 até o PL-16. Os



Revisores eram PL-2. Era uma coisa com o cargo! Para um oficial legislativo chegar a PL-2, só com 25 anos, 30 anos de Casa. Eu, por circunstâncias que não vêm aqui a apelo, cheguei muito novo. Entrei na Câmara, também, muito novo. Era feito, na oportunidade, um concurso interno pesadíssimo, algo que só vi, naquele tempo, para a Taquigrafia. A média mínima era 80. Não existia outro concurso público no Brasil com essa média. Fui e gostei do serviço. Então, foi um período muito gratificante para mim do ponto de vista da realização pessoal.

Depois, outro período muito interessante para mim foi na Direção da Odete, quando não tinha uma atribuição específica, prestava assessoria a todo o Departamento, aos colegas no dia a dia, no trabalho, e à Diretoria na elaboração de pareceres, de ofícios mais complicados. Foi um período muito interessante para mim. Confesso — não é demérito algum — que havia dias em que não fazia nada, porque os colegas também não me demandavam. E havia outros dias em que era o contrário. Nós tínhamos uma colega, a Sara, que de vez em quando brincava. Chegava uma pessoa lá e dizia: *“Eu quero falar com o Estevam”*. Ela respondia: *“Está aqui uma senha: 166”*. Foi muito bom para mim esse relacionamento, essa transmissão de conhecimento, que eu tinha pouco, mas de experiência: *“Olha, vamos fazer assim, vamos fazer assado. É melhor assim”*. Também foi muito interessante, do meu ponto de vista, pela confiança que os colegas depositavam em mim. Isso foi muito cativante para mim.

11. A constituição de 1969

Entre na Câmara em 1963. Trabalhei como taquígrafo na Comissão que analisou o projeto da reforma constitucional de 1969. Foi um trabalho muito objetivo o de 1969. Não houve grandes lances, não. Foi um trabalho objetivo e rápido. O trabalho da Comissão de 1988 já foi mais demorado, porque havia se encerrado o ciclo militar. A população nacional toda se envolveu naquele momento, muito diferentemente do que aconteceu em 1969, quando foi criada uma Comissão específica, onde se trabalhou. Depois, enviaram o parecer ao Plenário, e ele foi aprovado. Foi rápido.



12. Aposentadoria dos Taquígrafos

Quando cheguei aqui à Câmara, os taquígrafos tinham aposentadoria especial. Eram 25 anos de serviço, sendo, no mínimo, 15 anos de taquigrafia na Câmara. A Emenda Constitucional nº 1, baixada pelos três Ministros militares², mudou esse artigo, e a aposentadoria especial também foi revogada. O Dr. Luciano Brandão³, falecido há pouco tempo, há poucos dias, era Diretor da Câmara e foi ser Ministro do Tribunal de Contas. Quando esse artigo recebeu essa interpretação, fui até ele com outros taquígrafos, mas fui eu quem apresentou o pleito, porque achava um absurdo a nova interpretação que estava dada. Ele pediu que nós fizéssemos um arrazoado e que o levássemos a ele, para que entregasse ao assessor dele. Eu o fiz, defendendo a aposentadoria aos 25 anos. Depois, o assessor dele nos chamou, e eu fui — dessa vez não lembro se fui só. Ele mostrou por A e por B por que a nossa aposentadoria aos 25 anos havia sido revogada. Meti a minha viola no saco. Foi na época do Governo do Garrastazu Médici⁴.

13. Os bons oradores

O Senador Jarbas Passarinho⁵ tinha a vantagem de falar muito bem. Há oradores velozes que não completam as frases: iniciam o pensamento, desbordam, entra outra ideia, e fica difícil taquigrafar. Se há um orador veloz, mas com pensamento concatenado, é fácil trabalhar, porque, muitas vezes, se acompanha. O taquígrafo trabalha sob atenção e tensão. Se ele acompanha o desenvolvimento do discurso, praticamente já sabe a palavra que vem em seguida. Havia alguns oradores belíssimos! Eu dizia que botavam até vírgula para a gente, por exemplo, um senador pela Bahia. Esqueci o nome dele. Nós tivemos um grande orador, quase

² Emenda Constitucional n. 1, de 1969, assinada ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar

³ Luciano Brandão Alves de Souza (1924 -2018). Foi o secretário do Grupo de Trabalho incumbido da transferência da Câmara para o Planalto Central (1958 a 1960) e diretor-geral da Câmara dos Deputados no período de 1964-1977 e Ministro do TCU no período de 1977-1994.

⁴ Emílio Garrastazu Médici. Presidente do Brasil, 1969-1974.

⁵ Jarbas Gonçalves Passarinho – Senador pelo estado do Pará (1967-1974 – ARENA); (1975-1983 – ARENA); (1987-1995 – PDS). Foi também Governador do Pará (1964-1966) e Ministro do Trabalho (1967-1969), Ministro da Educação (1969-1974), Ministro da Previdência Social (1983-1985), Ministro da Justiça (1990-1992) e Presidente do Senado (1981-1983).



ninguém se lembra: Brígido Tinoco⁶. Ele foi Ministro da Educação na época de Jânio Quadros⁷. Era um deputado pelo Estado do Rio de Janeiro. O discurso dele era uma beleza de ouvir e de aprender!

Já me referi a esse fato várias vezes. Quando entrei na Câmara, eram taquígrafos e revisores. Eu, taquígrafo, taquigrafava 2 minutos e passava o quarto para o revisor, que taquigrafava 10 minutos. O revisor não traduzia os sinais, mas depois acompanhava o que tinha taquigrafado com o que o taquígrafo tinha taquigrafado. Ele completava lacunas, corrigia palavras e tudo. Nesse tempo, houve muitas briguinhas, porque os discursos eram tão empolgantes, que você terminava de fazer o quarto e ficava lá ouvindo. Ou, então, descia correndo, datilografava, já jogava na mesa do revisor e corria. Se você ficasse lá em cima e o revisor descesse, ele ficava possesso, porque queria receber o serviço dele para acabar logo. E o taquígrafo ficava lá em cima.

Naquele período, você aprendia com os deputados. Um Brígido Tinoco subia a tribuna, e você ficava lá para ouvir. Um Israel Dias Novaes⁸, deputado de São Paulo, um homem com uma cultura extraordinária, numa conversa no grupo, nos confessou que era amigo do Pablo Neruda. O Paulo Brossard⁹ era um deputado que falava devagar. Outra coisa que eu não vejo mais é o gestual na tribuna, o *mise-en-scène* do discurso, ao se pronunciar uma frase e esperar o seu efeito na plateia. Vi Jânio Quadros discursar em comício — era um ator. Deputados como Paulo Brossard faziam uma pausa, com aquele olhar, deixando a plateia assimilar o que ele estava dizendo, para ver a reação da plateia. Portanto, aprendia-se com os discursos de antigamente. Aprendi às carradas, ouvindo os deputados falar.

⁶ Brígido Fernandes Tinoco (1910-1982). Deputado Federal - 1946-1951; 1951-1955, RJ, PSD. Deputado Federal - 1959-1963, RJ, PSB. Deputado Federal – 1966; 1971-1975; 1975-1979, RJ, MDB. Ministro da Educação – 1961.

⁷ Jânio da Silva Quadros (1917-1992). Deputado Federal - 1959-1961, PR, PTB. Governador – São Paulo, 1955-1959. Presidente do Brasil – 1961.

⁸ Israel Dias Novaes (1920-2009). Deputado Federal - 1967-1969, SP, ARENA. Deputado Federal - 1975-1979; 1979-1983, SP, MDB. Deputado Federal - 1983-1987, SP, PMDB.

⁹ Paulo Brossard de Souza Pinto (1924-2015). Deputado Federal 1967-1971, RS, MDB. Senador pelo Rio Grande do Sul (1975-1983). Ministro da Justiça – 1986-1989. Ministro do Supremo Tribunal 1989-1994.



14. A revisão dos pronunciamentos

Sempre gostei dos discursos um pouco mais difíceis, em que pudesse me aplicar e entender a mensagem que o deputado queria transmitir, botar em termos. Na verdade, ninguém imagina que um deputado queira que seu discurso saia truncado, com frases malfeitas. Ele quer que o discurso saia perfeito. Ele quer que a mensagem que esteja transmitindo seja colocada no papel de tal forma que seu eleitor entenda.

Eu dava uns cursos “walita” de técnica de revisão. Sempre frisava um ponto: quando o deputado lê o discurso depois da revisão, ele tem que ter a certeza absoluta de que o que ele disse era o que estava no papel. É esta a função do revisor: assimilar o discurso, entender para que tipo de público ele está falando, e colocar o discurso de tal forma que o deputado tivesse a certeza de que a fala era aquela que estava lá. Para isso, é preciso ter um pequeno cabedal. Não se pode botar na boca de um deputado simples uma palavra difícil. É preciso levar em conta a que público ele está falando. Não gostaria de citar um deputado. Todos têm suas deficiências e virtudes. Eles representam, na verdade, esse cadinho em que a população brasileira foi formada.

Há, no Regimento da Casa, um artigo que possibilita ao deputado retirar o discurso para revisão. Porém, depois que ele retira, o discurso fica assim: “José da Silva, partido tal, Estado tal, Sem revisão do orador” — quando se trata de improviso. Quando o orador fazia a revisão do discurso, nós retirávamos a expressão “Sem revisão do orador”, e ficava o texto dele. Há poucos Deputados que retiram discursos para fazer a própria revisão. Muitos deles não têm tempo. Alguns sempre retiravam; outros, não. Eu, por exemplo, nunca vi Aduino Lúcio Cardoso¹⁰ retirar um discurso para revisar. Nunca vi Pedro Aleixo¹¹, Raymundo

¹⁰ Aduino Lúcio Cardoso (1904-1974). Deputado Federal - 1955-1959, DF, UDN. Deputado Federal - 1959-1963; 1963-1967, GB, UDN. Deputado Federal - 1967-1967, GB, ARENA. Ministro do Supremo Tribunal Federal – 1976-1971.

¹¹ Pedro Aleixo (1901-1975). Advogado, Deputado Federal – MG (1935-1937; 1959-1966); Presidente da Câmara dos Deputados (1937); Ministro da Educação (1966); Vice-Presidente do Brasil (1967-1969).



Padilha¹², Vieira da Silva¹³ retirarem seus discursos. Retiram, sem nenhum demérito, os deputados mais simples, que querem que o discurso deles expresse exatamente o que eles disseram. Mas é comum retirar na revisão.

Houve vários casos, não muitos, de aparteantes que quiseram refazer a revisão do aparte. Nós permitíamos, mas eles não podiam alterar nada. Eles podiam alterar a forma, mas o conteúdo, jamais. No caso daqueles que por desconhecimento tentavam alterar o conteúdo, nós pegávamos os apartes e levávamos a Paulo Afonso¹⁴, que naquele tempo era o Secretário-Geral da Mesa. Ele nunca permitia que isso fosse feito.

Durante o período militar, houve dezenas ou centenas de discursos que nós levávamos para o Secretário Paulo Afonso. Nós não levávamos o discurso inteiro, mas expressões que faziam parte do discurso que nós achávamos que poderiam ensejar uma represália ou qualquer coisa do tipo. Às vezes, Paulo Afonso dizia: *“Não, este aqui não tem nada, não tem nada. Neste aqui, você retira esta palavra aqui”*. Nós retirávamos, mas isso sempre foi feito com o maior cuidado. Erramos? É claro que erramos, várias vezes. Eu mesmo errei várias vezes, mas sempre com o propósito mais leal possível à instituição. Nós não fazíamos nada com o intuito de atender a determinado deputado, mas, sim, à instituição.

15. Preciosidades taquigráficas

Já existiu um painel em que as gafes eram registradas. Hoje não existe mais. Um deputado de São Paulo disse que as filhas dele iam fazer *trottoir* numa praça. Ele quis dizer que iam passear nas pracinhas das cidades pequenas de São Paulo. Era esse tipo de coisa. Trocavam-se nomes, e tudo. Este é um exemplo bem típico. Uma do taquígrafo: o camarada fala “tonel das Danaides”, e o taquígrafo registra “o tonel das danadas”.

¹² Raymundo Delmiriano Padilha (1899—1988). Deputado Federal - RJ, PRP, 1952=55; Deputado Federal - RJ, UDN, 1955-1959; 1959-1963; 1963-1967. Deputado Federal - RJ, ARENA, 1967-1971. Governador – Rio de Janeiro, 1971-1975.

¹³ Raimundo Lisboa Vieira da Silva (1922 – 2007). Deputado Federal - 1967-1971; 1975-1979; 1979-1983, MA, ARENA. Deputado Federal - 1983-1987; 1987-1991, MA, PDS.

¹⁴ Paulo Afonso Martins de Oliveira (1927-2005). Secretário-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados (1965-1988). Ministro do TCU (1988-1997).



Esses dias, estava me lembrando de um fato ligado a um deputado de Minas Gerais, Líder do Governo Fernando Henrique Cardoso. Não vou dizer o nome dele, já passou tanto tempo! Havia uma deputada chamada Irma Passoni¹⁵. Tinha uma retórica muito esganiçada; gritava. Após um discurso dela, esse deputado de Minas foi à tribuna e disse: *“Deputada Irma Passoni, o discurso da senhora é uma ária da loucura de Lucia di Lammermoor”*. Quem não gosta de ópera não entendeu nada. Eu, por coincidência, gosto, conhecia e achei muito apropriado.

Houve outras situações. Algumas não presenciei, mas me foram contadas por pessoas idôneas, como o caso contado por um colega da UnB, que, depois, foi aprovado no Ministério Público, trabalhou com o Ministro Buzaid¹⁶ e terminou sua carreira no STJ. Ele até chegou a ser Presidente do STJ. Ele me contou — e já contei isso várias vezes — um caso que ocorreu ainda no Rio de Janeiro. Por isso é que não presenciei o caso. Ele disse que a Ivete Vargas¹⁷, sobrinha do Getúlio Vargas, estava brigando com o Carlos Lacerda¹⁸, opositor feroz do Getúlio. Em determinado momento, ela disse: *“V.Exa. é um filho da puta!”* O Lacerda, com toda a classe, disse: *“V.Exa. é muito nova para ser minha mãe”*. São fatos.

Eu admirava muito o Deputado Pedro Aleixo¹⁹, que foi Vice-Presidente da República. Estavam discutindo a estatização da American & Foreign Power Company (AMFORP), uma companhia elétrica do Rio Grande do Sul, e um deputado de São Paulo fez vários apartes ao Deputado Pedro Aleixo. No último aparte que pediu, o Deputado Aleixo fez um sinal: *“Espere aí um pouquinho, mocinho!”* Ele o desmoronou com aquele “mocinho”. É um detalhezinho.

¹⁵ Irma Rosseto Passoni. Deputado Federal - 1983-1987; 1987-1991; 1991-1995, SP, PT.

¹⁶ Alfredo Buzaid (1914-1991). Ministro da Justiça do Brasil – 1969-1974. Ministro do Supremo Tribunal Federal – 1982-1984.

¹⁷ Cândida Ivete Vargas Martins (1927-1984). Deputada Federal – 1951-1955; 1955-1959; 1959-1963; 1963-1967, SP, PTB. Deputada Federal – 1967-1969, SP, PMDB. Deputada Federal – 1983-1984, SP, PTB.

¹⁸ Carlos Frederico Werneck Lacerda (1914-1977). Deputado Federal - 1955-1959; 1959-1963 – UDN, DF. Governador da Guanabara – 1960-1965.

¹⁹ Pedro Aleixo (1901-1975). Deputado Federal – 1935-1937; 1959-1966, MG, UDN; Presidente da Câmara dos Deputados (1937); Ministro da Educação (1966); Vice-Presidente do Brasil (1967-1969). V. AMFORP em Porto Alegre (1928-1959): multinacional norte-americana de eletricidade e o papel do gerente geral J. E. L. Millender - <http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/6823>



Havia deputados muito interessantes, muito peculiares na oratória, como o Deputado Aliomar Baleeiro²⁰, um baiano que chegou até a Ministro do Supremo. Achava que ele fazia pouco dos deputados. Ele sempre pegava a tribuna à direita da Mesa. Quando um deputado o aparteava — hoje eu até penso diferente, talvez ele estivesse surdo —, ele virava o rosto, numa posição de menosprezo. Ah, se fosse comigo, diria que ele não estava prestando atenção no que eu estava falando!

16. A efervescência da Constituinte

Encerrado o ciclo militar, com a morte de Tancredo²¹, assumiu Sarney²², que teve a grandeza de convocar a Constituinte. Não sei se foi um ato próprio dele ou se foram as circunstâncias que o levaram a fazer isso. Só sei que a Constituinte foi convocada. Ela galvanizou o País. Confluíam para a Assembleia Constituinte todas as correntes político-ideológicas do País. Foi um período de grande efervescência aqui na Câmara. Nós da Taquigrafia trabalhamos feito uns cães medievais. Trabalhamos demais! Aliás, toda a Câmara trabalhou: a parte de Comissões, a Consultoria, as assessorias. Trabalhamos demais! Foi uma etapa de grande efervescência, de grande trabalho, mas era um trabalho gostoso de participar, porque nós sabíamos que estávamos fazendo história ali. Nós da Taquigrafia estávamos fazendo história, trabalhando com devotamento, com dedicação, para que os pósteros tivessem uma ideia do que foi aquele período. Houve muito trabalho, um trabalho intenso, mas gostoso de fazer.

17. O trabalho do supervisor na Taquigrafia

Eu era supervisor. Depois de o revisor ter feito a revisão, aquele trabalho todo ia para um supervisor, que dava uma lida geral no texto e uniformizava tudo o que

²⁰ Aliomar de Andrade Baleeiro (1905 – 1978). Deputado Federal - 1946-1951; 1951-1955; 1955-1959; 1960, BA. Deputado Federal - 1963-1965, GB, UDN. Ministro do Supremo Tribunal Federal – 1965-1975.

²¹ Tancredo de Almeida Neves (1910-1985). Deputado Federal nas Legislativas 1951-1955, 1963-1967, 1967-1971, 1971-1975 e 1975-1979; Senador 1979-1982, Governador de Minas Gerais (1983-1984). Oficialmente reconhecido (Lei no 7.465, de 21 de abril de 1986) Presidente do Brasil.

²² José Sarney de Araújo Costa, nascido José Ribamar Ferreira de Araújo Costa. Deputado Federal, MA, 1956, 1957 e 1959-1966; Governador, MA, 1966-1970; Senador, MA, 1971-1985; Presidente da República, 1985-1990; Senador, AP, 1991-2015.



tinha acontecido. É muito comum, num improviso, alguém no começo de um discurso dizer uma coisa e no fim, pelo próprio calor do improviso, dizer algo que contradiz o que foi falado lá no início, não de propósito, mas simplesmente pelo improviso, que é muito traiçoeiro. Nós fazíamos essa redação final para uniformizar o discurso, uniformizar frases, uniformizar palavras, uniformizar números, tudo isso. Se não me engano, nesse tempo, era supervisor. Já faz muito tempo, e a memória começa a falhar.

A rotina de um supervisor na Constituinte era a mesma dos serviços normais. Não fazia diferença. Havia sessões de manhã, de tarde e de noite, e nós fazíamos o mesmo trabalho sempre. Se houvesse sessões de manhã, de tarde e de noite — de noite havia sempre —, nós dividíamos as turmas, mas a rotina do trabalho era a mesma. Nós ficávamos na Câmara até tarde para no outro dia o serviço estar todo pronto. Essa foi uma constante da Taquigrafia durante muitos anos.

Inicialmente, quando cheguei aqui, o *Diário da Câmara dos Deputados* era impresso pela Imprensa Nacional. Depois a Câmara rompeu o convênio que tinha com a Imprensa Nacional e passou a fazer a impressão na Gráfica do Senado. Mas a Gráfica do Senado passou a atrasar muito. Muitos anos depois da Constituinte, nós vimos que não havia necessidade daquela correria desenfreada — às 2 ou 3 horas da manhã nós estávamos trabalhando para acabar o serviço e entregá-lo —, porque a publicação ia atrasar mesmo. Nós mudamos nossa rotina. Mas no período da Constituinte, não. A rotina prosseguiu da mesma forma: trabalhávamos para entregar a sessão no mesmo dia.

Como nós passávamos a fornecer as cópias imediatamente, o registro estava pronto na faixa de meia hora a 40 minutos depois da sessão, dependendo do taquígrafo. Havia uns taquígrafos mais velozes; outros trabalhavam mais devagar. Havia uns quartos mais fáceis, outros mais difíceis. Nós tivemos vários deputados que falavam numa velocidade terrível! Outro dia, uma colega mencionou o Amaral Netto²³, que falava numa velocidade muito alta. Havia um deputado de Minas, o Abel

²³ Fidélis Dos Santos Amaral Netto (1921-1995). Deputado Federal, 1963-1967, GB, UDN; Deputado Federal, 1967-1971, GB, MDB; Deputado Federal, 1971-1975, GB, ARENA; Deputado Federal, 1975-1979, GB, ARENA; Deputado Federal, 1983-1987, RJ, PDS; Deputado Federal - 1987-1991, RJ, PDS; Deputado Federal, 1991-1995, RJ, PDS; Deputado Federal, 1995, RJ, PPR.



Rafael²⁴! Meu Deus do céu! Ele é pai de um ex-colega nosso. Quando aquele homem aparecia na tribuna, era um desastre para os taquígrafos. A entrega dos quartos dependia do que acontecia no plenário. Se você pegasse um deputado que falava mansinho, devagar, o quarto ficava pronto em 10 minutos. Se você pegasse um debate muito aceso, demorava mais. Mas a média era esta: de 20 a 40 minutos.

18. O volume de trabalho

Não houve preparação especial para atuar na Constituinte porque não era necessário. Aquilo ali era o nosso dia a dia. Não ia alterar nossa rotina. Alterou nossa rotina pelo volume do trabalho, pelas requisições que nós tivemos, quando à entrega do trabalho. Quanto à preparação propriamente dita, não houve alteração.

O volume de trabalho era muito grande. Na verdade, nós tivemos três casos sérios de doenças cardíacas. O meu foi o primeiro, mas o meu foi anterior à Constituinte; eu tive que colocar uma ponte. Coloquei tantas pontes no meu coração que me chamavam pelo nome de Veneza. Depois, houve o caso do Paulo Xavier²⁵ e também o caso de outro colega nosso, o Cícero Francisco de Oliveira, já falecido. Mas acho, sinceramente, que não foi do trabalho. Certa vez, em uma entrevista, o Dr. Adib Jatene²⁶, que foi o médico que me operou, disse algo que gravei bem: *“Trabalho não mata ninguém; o que mata é raiva”*. Então, o problema cardíaco não foi causado pelo trabalho. O meu é hereditário; o dos outros foi causado por outros tipos de pressões, não do trabalho propriamente dito. Trabalho não mata ninguém; o que mata é raiva.

Sempre achei que o maior volume de trabalho era concentrado no revisor. Hoje eu não sei mais como é a sistemática de serviço. Anteriormente à minha saída, o maior volume de trabalho se concentrava no supervisor, aquele que pega as partes da sessão e vê tudo, por uma distorção que houve uma distorção na Câmara. O Pequeno Expediente tem a duração de 60 minutos e, nele, cada orador deveria

²⁴ Abel Rafael Pinto (1914-1991). Deputado Federal - 1959-1963, MG, PR. Deputado Federal - 1963-1967, MG, PSD. Deputado Federal - 1969, MG, ARENA.

²⁵ Paulo Volnei Bernardi Xavier.

²⁶ Adib Domingos Jatene (1929-2014). Ministro da Saúde – 1992; 1995-1996.



falar por 5 minutos. Assim foi durante muito tempo. De uns tempos para cá, criou-se na Câmara uma prática extremamente deletéria para o meu gosto, qual seja a de se dar o discurso como lido. Então, o Pequeno Expediente, que deveria ter 12 discursos, tem 60, 70, 80 discursos. Todos esses discursos são revisados, são resumidos e tudo. A sessão da Câmara de direito começa às 14 horas e acaba entre 18h30min e 19 horas. Para a Supervisão, ela acaba às 22 horas, pelo número de discursos que são entregues para serem considerados como lidos e discursos que têm que ser revisados. Nos últimos anos, o grande volume de trabalho na Taquigrafia ficava na Supervisão. Pelo que sei agora, essa Supervisão foi extinta e agora existem só duas fases. Naquela época, na Constituinte, a carga era no revisor. O revisor era quem tinha a maior carga de serviço.

Durante a Constituinte, alguns revisores levavam o trabalho para casa, quando não dava tempo. Eu mesmo levei. Mas isso era excepcional. Eram casos excepcionais. E nós levámos para casa os serviços de Comissão; os do Plenário, jamais. Os do Plenário eram feitos na Câmara mesmo. Sempre foram.

19. A dimensão da equipe

Naquela época, se não me engano, nós tínhamos na tabela entre 10 e 12 revisores, o que dava uma carga de serviço razoável para todos, mas era muito trabalho, muito trabalho, porque nós tínhamos, além do plenário, as Comissões. Havia Comissões importantes, como a Comissão de Sistematização. Todo o trabalho foi coberto pela Taquigrafia.

O concurso de 1985 com 20 vagas ajudou. A Câmara esteve, por um tempo, muito deficitária em matéria de funcionários. O meu concurso, naquela época, foi um concurso em que passou muita gente, embora tenham passado apenas 13. Então, para nós, uma ajuda de 10, 15, 20 profissionais era de extrema valia, de extrema valia. Quanto ao Senado, eu não sei dizer ao certo, não. Eu sempre soube que houve uma época — sempre soube, não; tomei conhecimento de fato — em que no Senado, para usar uma expressão da França, era *à volonté* o número de taquígrafos. Mas nunca soube o quantitativo exato.



20. O profissionalismo do corpo técnico da Câmara

Tenho muito orgulho do quadro de funcionários da Câmara, muito orgulho mesmo! Acho que o quadro de pessoal da Câmara é extremamente profissional: taquígrafos, consultores legislativos, assessores. Há poucos quadros tão bem capacitados quanto os da Câmara. Faço um paralelo — é lógico que é uma área diversa da nossa — com o pessoal do Itamaraty e com o pessoal da Receita, também muito capacitados. Mas o nosso também é. Nós somos qualificados. Há concurso mais rigoroso do que o de consultor legislativo? O que o Centro de Documentação e Informação (Cedi) e toda a Câmara trabalharam na época da Constituinte foi algo extraordinário! Nós trabalhamos profissionalmente. Independentemente da cor partidária ou filosófica.

21. O suporte

Naquele tempo, nós tínhamos, se não me engano, apenas máquinas elétricas, e as gravações das Comissões. O serviço de gravação da Câmara dos Deputados ainda era subordinado à Taquigrafia. Depois, passou para a Engenharia. Nós tínhamos uma relação muito boa com o pessoal, porque o Diretor do Departamento era chefe deles. Eles nos atendiam com o máximo das suas possibilidades, o máximo. Eles facilitavam o nosso serviço ao máximo. Eram usadas fitas menores. Era outro tipo de gravação. Não eram aquelas máquinas monstruosas, não. Não lembro o nome do serviço — minha memória começa a falhar. Eles eram subordinados a nós. O áudio todo.

22. O tema mais relevante da Constituinte

O tema mais importante foram os direitos e garantias individuais. Esse capítulo deu muito trabalho. A votação disso foi arrastada. Depois disso é que a Câmara deslançou na votação. Foi arrastada porque se tratava de matérias muito sutis. Aliás, mais do que sutis, delicadas. Envolviam direitos de nós outros, pobres mortais. Veja: talvez seja essa a parte que menos se tenha alterado na Constituição. Assim, de pronto, não me lembro de nenhuma emenda que tenha envolvido essa parte. Essa parte foi muito sopesada, muito tratada e muito discutida. Vou até me



deter novamente nesse aspecto, para ver se já houve alguma emenda alterando o capítulo dos direitos e garantias individuais. Não há! Por exemplo, querem incluir o divórcio na Constituição. Não tem cabimento. Isso é matéria de lei ordinária. Mas é aquela percepção que tenho. *“Nós vamos colocar na Constituição, porque aí essas normas vão ter uma durabilidade maior em termos de legislação”*.

23. A força dos blocos partidários na Constituinte

Durante a Constituinte, chegaram muitos deputados novos. A renovação foi grande. Com a evolução dos trabalhos, eles se deram conta de que o ato legislativo não é um ato de vontade. Muita gente pensa que vai lá, faz isso e faz aquilo. Não! O resultado do trabalho legislativo depende de um conjunto de vontades que vão se afinando até um desaguadouro comum. Eles aprenderam muito na Constituinte, por essas razões. Não basta você querer, tem que conciliar muitas vontades, para chegar a um denominador comum. Esta é uma impressão muito particular minha, que não tem uma base palpável. Acho até que muitos, no fundo, não queriam aquilo, queriam uma coisa mais amena. Mas o bloco partidário a que pertenciam os levava a tomar certa decisão.

24. A fase mais difícil da Constituinte

O momento mais complicado foi a votação do texto constitucional. O Regimento do Congresso Nacional²⁷ cometeu, a meu ver, um engano. Na Comissão de Sistematização, se não me engano, eram 35 membros ou menos. Mas o que acontecia? Se lá determinada matéria fosse rejeitada ou aprovada com a diferença de um voto apenas, para ela ser modificada no plenário precisava de um número superexpressivo de votos. Daí a razão de se ter formado o Centrão²⁸ e eles terem mudado a Constituição, porque realmente era algo disparatado: um voto valer mais do que 200. Então, essa parte da votação em plenário foi muito demorada, muito

²⁷ A Assembleia Nacional Constituinte tinha um regimento próprio e é a ele que essa restrição do colaborador se aplica.

²⁸ “Grupo suprapartidário com perfil de centro e direita criado no final do primeiro ano da Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988 para dar apoio ao presidente da República José Sarney”. Cf. CENTRÃO. CPDOC. <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/centrao>.



delicada e muito trabalhosa. Aí houve a presença decisiva do Deputado Ulysses Guimarães²⁹, que foi o condutor das votações. Não fosse ele, a Constituição teria demorado mais tempo para sair.

Para a Taquigrafia, a fase do Plenário não foi mais difícil. A mais difícil foram as Comissões, pelo volume de trabalho que houve. O serviço em plenário era a nossa rotina.

25. O *lobby*

Os grupos de pressão eram muito intensos. Eles agiam das mais variadas formas. Atuavam sobre deputado, sobre grupos de deputados, sobre partidos, sobre relatores e no Plenário. Mas isso é próprio do processo legislativo. Foi uma época de grande efervescência aqui em Brasília. Brasília vivia cheia de gente.

26. As emendas aglutinativas

Emendas eram feitas no Plenário. Eram as chamadas emendas aglutinativas. Eles as faziam, redigiam na hora e entregavam à Mesa. Registrávamos normalmente. As emendas aglutinativas eram um produto de grandes conchavos, vamos dizer assim, não no sentido pejorativo, mas no de grandes debates das Lideranças.

27. Avaliação da Constituição

A Constituição foi feita em um tempo razoável. A primeira parte foi demorada. Como disse, confluíam para o Congresso Nacional todas as tendências políticas e ideológicas. Aquilo ali era um burburinho. O texto foi apresentado e teve uma fase de decantação. Depois dessa fase de decantação, foi para a Comissão de Sistematização e, depois, para o Plenário. Então, foi um tempo razoável. Nós

²⁹ Ulysses Silveira Guimarães (1916-1992). Deputado Federal, 1951-1955, SP, PSD; Deputado Federal, 1955-1959, SP, PSD; Deputado Federal, 1959-1963, SP, PSD; Deputado Federal, 1963-1967, SP, PSD; Deputado Federal, 1967-1971, SP, MDB; Deputado Federal, 1971-1975, SP, MDB; Deputado Federal, 1975-1979, SP, MDB; Deputado Federal, 1979-1983, SP, MDB; Deputado Federal, 1983-1987, SP, PMDB; Deputado Federal (Constituinte), 1987-1991, SP, PMDB; Deputado Federal, 1991-1995, SP, PMDB. Foi Presidente da Câmara dos Deputados de 11.mar.1956 a 11.mar.1958, 1985-1986, 1987-1988.



brasileiros temos a mania de querer tudo feito às pressas. Não! Vamos fazer devagar, para fazer benfeito.

Na minha opinião, o trabalho não foi benfeito. A Constituição brasileira tem muita coisa que não precisava estar na Constituição. A Constituição tinha que ser mais enxuta, inclusive para não propiciar tantas emendas. Já perdi o número de emendas que houve na Constituição! Ela ficou detalhista pelo momento político que estávamos vivendo. Estávamos vivendo um momento político em que todo mundo queria colocar as normas na Constituição para que elas tivessem mais durabilidade. *“Vamos colocar na Constituição, porque é mais difícil de mudar, e as normas vão ter mais durabilidade”*. Não aconteceu isso. Não aconteceu isso, de jeito nenhum. Na verdade, não resultou nisso, porque logo em seguida começaram as emendas. A minha percepção é essa.

Também muita coisa não devia ter entrado, como, por exemplo, matéria financeira. Quando estudei, aprendi que na Constituição teriam que ficar, basicamente, os direitos e garantias individuais e a superestrutura dos Poderes. Só! Não acho que na Constituição é preciso dizer que a Câmara e o Congresso funcionarão de tanto tempo a tanto tempo. Isso é uma demasia. Na verdade, achava que deveria ficar era em branco. Por quê? Porque, se ficasse em branco e o Congresso pudesse decidir, agora, por exemplo, neste período de 19 de julho³⁰ até as eleições, poderia haver um recesso. O recesso seria estabelecido anualmente, de acordo com as necessidades do País. Nós vamos passar setembro e um pedaço de outubro sem nenhuma atividade legislativa. Em vez de estabelecer na Constituição que o Congresso funcionaria de tal data a tal data, poderia deixar em aberto. No começo de cada sessão legislativa, os deputados e senadores se reuniam e diriam: *“Este ano, nós vamos funcionar assim”*. Se é ano de eleição, agora seria o período de recesso. Isso seria mais prático. Para os deputados e pode parar o próprio desenvolvimento das atividades legislativas. Esse é um caso. É uma opinião ortodoxa, mas acho que deveria ser assim. Quem sabe eles acolhem essa sugestão e modificam a Constituição nesse sentido.

³⁰ 19 de julho de 2019.



28. O trabalho do Detaq na Constituinte

O trabalho do Detaq da Constituinte foi muito benfeito. O trabalho do Detaq sempre foi muito benfeito. Não gostaria de falar sobre o atual trabalho, porque não tenho acesso a ele. Discordo da forma, da sistemática hoje adotada pelo Detaq. A sistemática adotada foi fruto de uma evolução, e, de repente, se extinguiu a última fase, a da supervisão, que era a de mais elaboração, de mais cuidado. Isso, ao que me consta, é o que existe hoje, mas não posso falar porque não tenho acompanhado a qualidade ínsita do trabalho do Detaq. Mas, pessoalmente, das três fases, sou contra a extinção da última fase. Talvez tenha dinamizado e facilitado o trabalho, e a produção seja maior, mas, para mim, acho que a qualidade decaiu.

29. Memória da Constituinte

Da Constituinte, guardei a nossa dedicação, o nosso trabalho intenso em favor de uma Constituição que abrangesse todas as demandas da opinião pública nacional, que naquele tempo eram intensas. Pode ser um erro meu de avaliação, mas foi criada na opinião pública nacional a ideia de que a Constituinte seria a salvação do País, que ela iria conduzir o País por novos períodos de prosperidade, de justiça social e de reconhecimento de todos os setores nacionais. O que guardo da Constituinte é o sentimento sincero, profundo, intenso de dever cumprido. É este o sentimento que guardo. Na parte que nos cabia, nós cumprimos com o nosso dever, aliás, como todo o funcionalismo da Câmara.

FICHA TÉCNICA

- 1 Data: 16/07/2018
2. Local: Sala da Cobec - Cedi
3. Duração: 1h24min
4. N° do arquivo: E016
5. Responsável pela pesquisa e elaboração do roteiro: Rildo José Cosson Mota
6. Entrevistador: Rildo José Cosson Mota
7. Equipe de vídeo: Teresa Cristina Barbosa Labarrère – P_7479 (produtora) Roberto Guery – P_913.327 (cinegráfiista) e Roberto Bispo – P_3.002.831 (assistente de cinegrafia)
8. Fotografia: Luiz Macedo – P. 882222
9. Responsável pela transcrição: Detaq
10. Data da transcrição: 29/08/2018
11. Responsável pela edição de texto: Rildo José Cosson Mota